

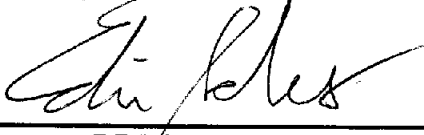


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 04

do processo nº 01 – PL 743 de 2017, 01/11/17 (a)

Kardor, Roberto de Andrade
Assessoria Jurídica

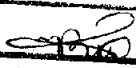
LIDO HOJE
ÀS COMISSÕES DE: 31 OUT 2017
<u>Const. Just. e Leg. Particip.</u>
<u>Administração Pública</u>
<u>Transp. e Com. Inter. e Gest. Urb.</u>
<u>Finanças e Orçamento</u>

PRESIDENTE

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras.

Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

01 NOV 2017


Antonio Isoldi Caleari
Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	
SETOR DE PESQUISA E ASSESSORIA DE ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSITURAS	
EM <u>01/11/2017</u>	AO <u>17</u> HS
POR <u>ABG</u>	
SAÍDA <u>15/12/17</u> AS <u>14</u> H. 00	ASS: 

05 = 15 12 17
LW



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Folha 243 de 18
Proc. Nº 324 / 17
Livia Salomão Nogueira
RF 11.274

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 743/17

Realizada a pesquisa, foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro;
- Lei Municipal nº 11.301, de 14 de dezembro de 1992, que cria a Comissão Municipal Permanente de Educação para o Trânsito, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 12.637, de 06 de maio de 1998, que dispõe sobre a colocação de placas e faixas de caráter permanente, nos pontos críticos de acidentes e atropelamentos da cidade, alertando pedestres e motorista sobre o perigo;
- Lei Municipal nº 14.488, de 19 de julho de 2007, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito – FMDT;
- Lei Municipal nº 16.577, de 21 de novembro de 2016, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de eventos da Cidade de São Paulo o Maio Amarelo;
- Lei Municipal nº 16.673, de 13 de junho de 2017, que institui o Estatuto do Pedestre no Município de São Paulo, e dá outras providências;
- PL 541/2016, que dispõe sobre a instalação de faixa e/ou semáforo para travessia de pedestres no entorno de unidades de saúde públicas e privadas;
- PL 42/2017, que dispõe sobre a criação de temporizadores para semáforo de pedestres, e dá outras providências;
- PL 322/2017 que dispõe sobre a instalação de placas de alerta em locais com alta incidência de acidentes de trânsito, no âmbito do município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente de fls. 04.

São Paulo, 14 de dezembro de 2017.


Christiana Samara Chebib Lienert
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 244.472